A construção do conceito de povo: racismo, nacionalismo, etnicidade

Immanuel Wallerstein

Nada parece mais óbvio do que quem ou o que constitui um povo. Os povos têm nomes familiares. Parecem ter longas histórias. No entanto, qualquer pesquisador de opinião pública sabe que, se fizermos a pergunta aberta – “como você se identifica?” – para indivíduos que presumivelmente pertencem ao mesmo “povo”, as respostas serão incrivelmente diferentes, sobretudo se o assunto não estiver, naquele momento, no centro das atenções políticas. E qualquer estudante do cenário político sabe que, nessa área, debates muito apaixonados giram em torno dessas denominações. Existem palestinos? Quem é judeu? Macedônios são búlgaros? Berberes são árabes? Qual é a classificação correta: negro, afro-americano, *Negro* (com maiúscula), *negro* (com minúscula)? Todo dia, as pessoas discutem umas com as outras sobre rótulos. Todavia, muita gente tende a negar que a questão seja complexa, um quebra-cabeça ou, na verdade, qualquer coisa não óbvia.

Gostaria de começar descrevendo um debate recente sobre um povo específico. Ele tem a rara qualidade de ser uma discussão relativamente amigável entre pessoas que declaram compartilhar objetivos políticos comuns. Trata-se de um debate que se tornou público com a esperança explícita de resolver a questão de forma amistosa entre camaradas.

O cenário é a África do Sul. O governo sul-africano proclamou por lei a existência de quatro grupos de “povos” no país, com um nome para cada um: europeus, indianos, *coloureds* [mestiços], bantus. Cada uma dessas categorias legais é complexa e, internamente, contém uma infinidade de subgrupos possíveis. A combinação dos subgrupos sob uma denominação legal, às vezes, parece estranha na perspectiva de um estrangeiro. No entanto, essas denominações têm a força de lei e muitas consequências para

os indivíduos. Todos os que residem na África do Sul são classificados administrativamente em uma dessas quatro categorias, o que acarreta direitos políticos e sociais diferentes. Por exemplo, eles ou elas são obrigados a viver em uma área residencial destinada, pelo Estado, para sua categoria e, em alguns casos, para as subcategorias.

Há um grande número de pessoas na África do Sul contra esse processo de categorização legal, conhecido como *apartheid*. Seja como for, a história dessa oposição mostra, pelo menos, uma mudança significativa de tática com relação às denominações legais. No início, os que se opuseram ao *apartheid* criaram organizações nas estruturas internas de cada categoria segregada. Essas organizações fizeram, então, uma aliança política e trabalharam em conjunto. Por exemplo, em 1955, ocorreu o famoso Congresso do Povo, promovido por quatro grupos, cada qual composto por pessoas pertencentes a uma das quatro categorias governamentais de povos. Esse Congresso do Povo publicou a Carta da Liberdade, reivindicando, entre outras coisas, o fim do *apartheid*.

Entre as quatro organizações de oposição, a maior se chamava African National Congress (ANC) [Congresso Nacional Africano] e representava aqueles que o governo denominou bantus, parcela correspondente a cerca de 80% da população total sob a jurisdição do Estado. Em algum momento da década de 1960 ou, talvez, dos anos 1970 (não está claro quando), o ANC passou, aos poucos, a usar o termo “africano” para todos aqueles que não fossem “europeus” e, assim, incluiu em uma única denominação os que o governo chamava de bantus, *coloureds* e indianos. Algumas outras organizações – não está claro quais – tomaram uma decisão semelhante, mas designaram esse grupo como “não brancos” em oposição a “brancos”. Nos dois casos, a consequência foi reduzir uma classificação dividida em quatro grupos a uma dicotomia.

No entanto, a decisão, se é que se tratou disso mesmo, foi ambígua. Por exemplo, a organização de indianos, o Congresso Indiano da África do Sul

(Saic – South African Indian Congress), aliada ao ANC, continuou a existir, embora seu presidente e outros tenham se tornado membros do Saic e, ao mesmo tempo, do ANC.

Não há a menor dúvida de que, das quatro, a categoria “*coloured*” era a mais incômoda. Esse “grupo” foi constituído, historicamente, a partir de descendentes de várias uniões entre africanos e europeus. Incluiu também pessoas que chegaram das Índias orientais séculos atrás, que se tornaram conhecidas como malaios do Cabo. Na maior parte das vezes, “*coloureds*” eram pessoas que, em outras partes do mundo, têm sido chamadas de “mulatos” e que, nos Estados Unidos, sempre foram consideradas parte da “raça negra”, do ponto de vista das leis, agora extintas, que governaram a segregação racial.

Em junho de 1984, Alex la Guma, membro do ANC e *Coloured*, conforme a classificação do governo, escreveu uma carta para o editor do *Sechaba*, jornal oficial do ANC. Ele apresentou a seguinte questão:

Tomei conhecimento agora de que em conversas, artigos, entrevistas etc. no *Sechaba* sou descrito como “o chamado *Coloured*” (às vezes, com “c” minúsculo). Quando o Congresso decidiu me chamar assim? Na África do Sul, participei ativamente da Congress Alliance [Aliança do Congresso] e fui membro do *Coloured People’s Congress* [Congresso do Povo *Coloured*], não de “o chamado Congresso do Povo *Coloured*”. Quando trabalhamos para o Congresso do Povo e para a Carta da Liberdade, cantamos “Nós, o povo *Coloured*, temos de lutar para existir [...]”. Eu me lembro de que, naquela época, algumas pessoas do chamado Unity Movement [Movimento de Unidade] [uma organização rival do ANC] se referiram ao chamado povo *Coloured*, mas o nosso Congresso não. As velhas publicações do *Sechaba* não mostram quando se decidiu fazer essa mudança nem por quê. Talvez governos, administrações, negociações políticas e sociais durante séculos tenham me chamado de *coloured*. Mas pessoas inteligentes, etnólogos e

professores de antropologia, e assim por diante, não se deram ao trabalho de se preocupar com quem eu sou de fato.

Camarada editor, estou confuso. Preciso de um esclarecimento. Estou me sentindo como um “o chamado” humano, como um humanoide, aquelas coisas que têm todas as características de seres humanos, mas na realidade são artificiais. Outras minorias não são chamadas de “o chamado”. Por que eu? Deve ser a “maldição de Cam”.

Essa carta recebeu três respostas. A primeira, publicada também na edição de junho, foi do editor:

Pelo que me lembro, não foi tomada decisão alguma em nosso movimento para alterar de “*Coloured*” para “o chamado *Coloured*”. Tudo o que sei é que as pessoas da casa – como Allan Boesak [um dos que o governo denomina *Coloured*] no lançamento da UDF [United Democratic Front (Frente Democrática Unida), uma organização antiapartheid] – cada vez mais têm usado a expressão “os chamados *Coloureds*”. Desconfio que o que você observou seja reflexo disso.

Não há muito tempo o *Sechaba* fez uma resenha do livro de Richard Rive, *Writing Black* [Escrevendo a negritude], e nela dissemos:

Nossa luta pela unidade não nos impede de vermos as diferenças que, se ignoradas, podem causar problemas exatamente para esta unidade que estamos lutando para alcançar. Não basta dizer os chamados *Coloureds* ou colocar a palavra *Coloureds* entre aspas. Uma abordagem positiva deste problema precisa ser cuidadosamente trabalhada porque estamos nos referindo a um grupo de pessoas identificáveis e distinguíveis.

Em outras palavras, o que afirmamos naquela resenha é que é necessário discutir essa questão, e achamos que sua carta pode ser um ponto de partida para essa discussão. Todos os comentários sobre essa questão serão bem-vindos.

Na edição do *Sechaba* de agosto de 1984, apareceu uma carta assinada P.G. Pelos comentários, parece que P.G. também é alguém classificado *Coloured* pelo governo. Ao contrário de Alex la Guma, ele rejeita o termo de maneira inequívoca.

Eu me lembro da discussão que costumávamos ter, no Cabo Ocidental, sobre o termo *Coloured*, quando nos reuníamos com grupos do Comrades Movement [Movimento de Camaradas]. Esses eram grupos de jovens organizados de forma independente que se juntaram na ação e nos estudos, por ocasião do levante de 1976, e que eram, em geral, pró-ANC. A expressão “o chamado *Coloured*” era usada, com frequência, entre os jovens como maneira popular de expressar a rejeição da terminologia do *apartheid*.

Concordo plenamente com o que foi dito, no *Sechaba*, na resenha do livro de Richard Rive, *Writing Black*, mas acrescentaria que, assim como, nas palavras de vocês, “Não basta dizer os chamados *Coloureds* ou colocar a palavra *Coloureds* entre aspas”, seria também errado aceitar o termo “*Coloured*”. Digo isso particularmente à luz do fato de a maioria das pessoas rejeitar o termo “*Coloured*”. Pessoas do Congresso, pessoas da UDF, grupos civis, grupos da Igreja e sindicatos, líderes populares falam “o chamado *Coloured*” sem que eles, ou as pessoas de quem estão falando, se sintam humanoides. De fato, diz-se que o uso do termo “*Coloured*” faz as pessoas se sentirem artificiais. *Coloured* é um termo que chama atenção pela falta de identidade.

O termo “*Coloured*” não vem de um grupo específico, mas foi precisamente um rótulo fixado em uma pessoa que a Lei de Registro da População, de 1950, define como “quem, pela aparência, obviamente não é branco nem indiano e quem não é membro de uma raça aborígine ou de uma tribo africana”. Uma definição baseada na exclusão – ou seja, as pessoas que não são [...]. O termo “*Coloured*” foi dado para as pessoas que os racistas viam como marginais. O termo

“*Coloured*” foi fundamental para o mito racista do africânder branco puro. Aceitar o termo significa permitir que o mito continue [...].

Atualmente, dizem as pessoas, “rejeitamos a estrutura dos racistas, rejeitamos sua terminologia”, e elas estão começando a construir o NOVO desafiando o antigo, bem no meio do inimigo. As expressões “pessoa de cor-*Coloured*”, assim como “meia-casta”, “africânder-pardo” e “filhos bastardos da África do Sul” foram cunhadas pelos racistas. Em vez de alguns de nós ficarmos ofendidos ou chocados por dar uma interpretação muito estreita a esse uso, deveríamos considerar o prefixo “o chamado” como o primeiro passo rumo a uma solução de algo que há anos nos atormenta.

Conseguimos transformar a expressão “o chamado *Coloured*” de maneira positiva. As pessoas agora dizem que temos a escolha de como seremos chamados, e a maioria, com o espírito de tornar a nação conhecida, opta por “sul-africano”. O debate pode ter muitas formas, mas não um retrocesso que aceite a expressão “Baasskap” [supremacia do branco]. Se alguém, de fato, precisar de uma subidentidade para a de ser um sul-africano, talvez, por meio de um debate popular, a questão possa ser resolvida.

Na edição de setembro de 1984 do *Sechaba*, Arnold Selby, rotulado pelo governo como europeu, entrou no debate utilizando uma série de categorias que revelaram diferenças entre “nações” e “minorias nacionais”:

Vamos começar o bate-bola observando alguns fatos estabelecidos e aceitos:

- a) Até hoje, não existe nada equivalente a uma nação sul-africana;
- b) A maioria africana é uma nação oprimida, o povo *Coloured* e o povo indiano são diferentes minorias nacionais oprimidas identificáveis, a população branca compreende a minoria opressora da nação;
- c) As minorias nacionais de *Coloured*, indianos e brancos não são homogêneas, e sim abarcam outros grupos nacionais ou étnicos. Por

exemplo, a comunidade libanesa é, de modo geral, classificada e se vê como branca, os malaios e o povo griqua se veem como parte da nação *Coloured*, as minorias chinesas têm alguns membros classificados como brancos, outros como asiáticos e ainda outros como *Coloured*;

d) A chave do futuro da África do Sul e a solução da questão nacional se encontram na libertação nacional da nação africana. A vitória de nossa revolução democrática nacional, encabeçada pelo Congresso Nacional Africano, que traz consigo a libertação da nação africana, colocará em movimento o processo do nascimento de uma nação sul-africana.

Como afirmado no item b, o povo *Coloured* compreende uma das diferentes minorias nacionais oprimidas identificáveis. Mas a definição de “*Coloured*”, a terminologia que surge dela e seu uso na prática da vida diária não emergiram de causas sociais naturais nem foram escolhidos pelo povo *Coloured*. Foram impostos pelos sucessivos regimes que resultaram de sucessivas ondas de agressões, penetração e povoamento da África do Sul pelas nações burguesas europeias, tanto em suas fases comerciais quanto imperialistas quanto após a fundação do Estado agressor sul-africano em 1910. [...]

Agora, deixe-me abordar a tendência que alguns de nós temos de falar de “o chamado” povo *Coloured*. Acredito que isso resulte de dois fatores reais com os quais nos deparamos.

Em primeiro lugar, trata-se da questão de nosso trabalho fora do país. Outros países e nações têm diferentes concepções da expressão “povo *Coloured*”, eles não estão preparados para a realidade da minoria nacional *Coloured*, oprimida nacionalmente em nosso país. Quando falamos de nosso país, de sua luta, e do papel e da posição do povo *Coloured* nessa luta, temos de explicar quem é o povo *Coloured*; portanto, muitas vezes, acabamos percebendo que nós mesmos usamos as palavras “o chamado” (favor observar as aspas) para enfatizar a imposição do termo pelos agressores. Da mesma forma que se poderia

dizer “os chamados” índios quando nos referimos aos primeiros habitantes do que agora constitui os Estados Unidos. Isso dá uma imagem mais nítida para os estrangeiros que querem conhecer mais nossa luta pela libertação.

Em segundo lugar, não acredito que a tendência de algumas pessoas daqui do jornal a usar as palavras “o chamado” signifique uma rejeição de nossa expressão, em geral aceita, “povo *Coloured*”. A meu ver, as palavras são usadas para enfatizar a unidade crescente das minorias nacionais oprimidas, *Coloureds* e indianos, com a maioria oprimida da nação africana. Acredito que o uso dessas palavras indica uma identificação com os negros mais que uma separação entre *Coloureds* e negros. Ao mesmo tempo, seu uso distancia o povo *Coloured* do opressor branco, minoria da nação. Durante muito tempo, a nação da minoria branca opressora tentou sem êxito obter a aceitação da ideia de que o povo *Coloured* é um ramo inferior da nação de brancos, à qual ele é naturalmente aliado. O uso de “o chamado” significa uma rejeição às tentativas do agressor de obter a aceitação da ideologia racista embutida na terminologia científica.

Independentemente de usarmos ou não “o chamado”, a realidade é que existe uma minoria nacional de *Coloured* oprimida em nosso país. Em minha opinião, nas condições atuais, não é errado usar “o chamado”, desde que seja feito no contexto apropriado para revelar o verdadeiro significado e que não se esqueçam das aspas. Em nenhuma circunstância pode haver uma rejeição da realidade da existência de um povo *Coloured* enquanto uma nação de minoria oprimida.

Observemos que a posição de Selby é, de fato, bem diferente da de P.G. Embora ambos aceitem o uso de “o chamado” antes de “*Coloured*”, P.G. o faz porque não há nada que possa ser denominado “*Coloureds*”. Selby pensa que os *Coloureds* existem como um povo entre uma variedade de povos que

ele chama de “minorias nacionais”, mas defende o uso de “o chamado” como tática na comunicação política.

Finalmente, na edição de novembro de 1984, La Guma responde, irredutível:

[P. G.] diz que [a expressão] “o chamado *Coloured*” foi usada como expressão popular de rejeição da “terminologia do *apartheid*”. Todavia, depois ele diz que “a maioria, com o espírito de tornar a nação conhecida, opta por ‘sul-africano’”. Mas o camarada editor não nos fala que deram ao nosso país o nome oficial de África do Sul? Com a autoridade de que ou de quem? Existem algumas pessoas que rejeitam essa “terminologia”, chamam o país de “Azânia” (mais uma vez, com a autoridade de quem?) e talvez chamem o resto da população de “os chamados sul-africanos”. Muito embora o hino dos bôeres se refira a *Suid-Afrika*, o nome África do Sul é aceito. No entanto, que qualquer minoria (mesmo a chamada) se ache no direito de se chamar de sul-africana deliberadamente por sua própria conveniência me parece um tanto não democrático, se não absolutamente presunçoso, uma vez que o direito obviamente pertence à maioria.

Lamento dizer que eu não sabia (como P. G. parece dizer) que o termo “*Coloured*” surgiu como resultado da definição determinada pela Lei do Registro da População ou pela Lei de Áreas de Grupos. Nasci muito antes dessas leis, de modo que nosso povo deve ser um pouco mais velho que elas. E não poderíamos acreditar que somente nós tenhamos sofrido todas as terríveis experiências descritas por P. G. (famílias divididas, rejeição etc.). Raças miscigenadas ou comunidades periféricas em outras partes do mundo sofrem adversidades e tribulações semelhantes.

No entanto, até mesmo P. G. diz que a expressão “os chamados” não é boa o suficiente, mas “*Coloured*” também não, o que aumenta minha confusão, camarada editor. No entanto, não é o fato de ser chamado de

Coloured que tem sido “há anos uma tormenta”, mas o modo como nosso povo foi e está sendo tratado, seja lá como o chamem, exatamente como o termo “asiático” ou “indiano” em si não atormenta [...]. Enquanto espero com paciência o resultado do “debate de massa” de P. G., gostaria de saber o que sou hoje. Então, camarada editor, me chame do diabo de nome que você preferir, mas, pelo amor de Deus, não me chame de “o chamado”.

Fiz essa extensa citação das cartas para mostrar, antes de mais nada, que mesmo o mais amigável dos debates, em certa medida, é apaixonado; em segundo lugar, para mostrar como é difícil resolver a questão tanto no terreno histórico quanto no lógico. Existe um povo *Coloured*, uma minoria nacional *Coloured* ou, ainda, um grupo étnico *Coloured*? Sempre estive lá? Posso dizer que algumas pessoas acham que sim, que existe e/ou existiu, outras que não, e há ainda outras que são indiferentes e até mesmo quem ignore a categoria.

Ergo, o que são? Se existe um fenômeno básico, um povo *Coloured*, deveríamos ser capazes de chegar a um acordo sobre seus parâmetros. Mas, se descobrirmos que não podemos entrar em acordo sobre esse nome que designa um “povo” ou, de fato, sobre quase qualquer outro nome que designe algum povo, talvez isso ocorra porque o conceito de povo não é mero constructo, mas algo que, em cada situação particular, tem limites em constante mudança. Talvez um povo seja algo por suposto inconstante na forma. Mas, se for assim, por que a paixão? Talvez porque, ao que parece, ninguém elucide a inconstância. Se eu estiver certo, temos, de fato, um fenômeno muito curioso, cujas características centrais são a realidade da inconstância e a negação dessa realidade. É muito complicado; na verdade, diria bizarro! O que há no sistema histórico em que nos encontramos que dê origem a esse curioso processo social? Talvez haja um quark a descobrir. Proponho abordar essa questão de forma gradativa. Primeiro, vamos fazer uma breve revisão das visões existentes nas ciências sociais sobre o conceito

de povo. Em seguida, vamos ver o que há na estrutura e nos processos desse sistema histórico para que esse conceito tenha sido produzido. Finalmente, veremos se existe alguma reformulação conceitual que possa ser útil.

Para começar com a literatura das ciências sociais, devemos observar que, de certa forma, o termo “povo” de fato não é usado com tanta frequência. Para ser mais preciso, no caso, os três termos mais comuns são “raça”, “nação” e “grupo étnico”, todos presumivelmente variações de “povos” no mundo moderno. O último dos três é o mais recente e, na verdade, substituiu o termo “minoría”, que era muito usado. Obviamente, cada um desses termos tem muitas variantes, mas não obstante penso que estatística e logicamente eles são os três termos modais.

Uma “raça” é considerada uma categoria genética com uma forma física visível. Houve um grande debate acadêmico nos últimos 150 anos sobre nomes e características das raças. Esse debate é bem famoso e, em grande parte, infame. Uma “nação” é considerada uma categoria sociopolítica, ligada em certa medida a fronteiras reais ou potenciais de um Estado. Um “grupo étnico” é considerado uma categoria cultural que, dizem, tem certos comportamentos permanentes transmitidos de geração em geração e, em geral, *não* está ligada teoricamente às fronteiras do Estado.

Os três termos são usados com incrível inconsistência, obviamente, sem falar dos outros inúmeros termos utilizados. (Já vimos, no debate aqui citado, uma pessoa designar como “minoría nacional” o que outros podiam ter chamado de “grupo étnico”.) A maioria dos usuários dos três termos os utiliza para indicar um fenômeno persistente que, em virtude de sua continuidade, não só tem forte impacto no comportamento atual, como proporciona uma base para reivindicações políticas no presente. Ou seja, considera-se que um “povo” é como é ou age como age devido a características genéticas ou a sua história política ou, ainda, a suas normas e seus valores “tradicionais”.

Parece que o objetivo dessas categorias é nos possibilitar afirmações com base no passado em vez de baseá-las nos processos “racionais” manipuláveis do presente. Podemos usá-las para explicar por que as coisas são como são e não devem ser mudadas ou por que as coisas são como são e não podem ser mudadas. Ou, ao contrário, podemos usar essas categorias para explicar por que as estruturas atuais devem, de fato, ser substituídas em prol de realidades sociais mais profundas e mais antigas, *ergo*, mais legítimas. A dimensão temporal do passado é central e inerente ao conceito de povo.

Por que alguém quer (ou precisa de) um passado, uma “identidade”? Trata-se de uma pergunta perfeitamente pertinente e, algumas vezes, é feita. Observemos, por exemplo, que, no debate citado, P.G. defende descartar a designação “*Coloured*” em favor de uma categoria mais ampla, “sul-africano”, e então diz: “Se alguém, de fato, precisar de uma subidentidade para a de ser um sul-africano [...]”. Se [...] indica que há um motivo.

O passado é um modo pelo qual as pessoas são persuadidas a agir no presente como em outras circunstâncias não agiriam. O passado é uma ferramenta que as pessoas utilizam contra outras. É um elemento central na socialização dos indivíduos, na manutenção da solidariedade de grupo, no estabelecimento da legitimação social ou no desafio a ela. Portanto, é, acima de tudo, um fenômeno moral e, por conseguinte, um fenômeno político, sempre um fenômeno contemporâneo. Sem dúvida, é por isso que ele é tão inconstante. Uma vez que o mundo real está em constante mudança, o que é relevante para a política contemporânea está, necessariamente, em constante mudança. *Ergo*, de maneira inevitável, o conteúdo do passado muda constantemente. No entanto, uma vez que o passado é, por definição, uma assertiva do passado constante, ninguém jamais pode admitir que qualquer passado particular em algum momento tenha mudado ou, possivelmente, poderia mudar. Em geral, considera-se que o passado está inscrito em pedra e é irreversível. Na verdade, o passado real, de fato, está inscrito em pedra. Em contrapartida, o passado social, a

maneira como compreendemos esse passado real, na melhor das hipóteses, está inscrito em argila úmida.

Se for isso mesmo, faz pouca diferença definirmos o passado tendo em vista grupos geneticamente contínuos (raças), sociopolíticos históricos (nações) ou culturais (grupos étnicos). Eles são todos constructos do conceito de povo, invenções do passado, fenômenos políticos contemporâneos. No entanto, se for assim, temos outro quebra-cabeça analítico. Por que se desenvolveram três termos modais diferentes, quando um talvez tivesse servido? Deve haver motivo para a separação de uma categoria lógica em três categorias sociais. Para descobri-lo, simplesmente temos de observar a estrutura da economia-mundo capitalista.

Cada um desses três termos modais depende totalmente de uma das características da economia-mundo capitalista. O conceito de “raça” está relacionado à divisão axial do trabalho na economia-mundo, à oposição centro-periferia. O conceito de “nação” está relacionado à superestrutura política desse sistema histórico, aos Estados soberanos que formam o sistema interestatal e derivam dele. O conceito de “grupo étnico” está relacionado à criação de estruturas domésticas que permitem a manutenção de grande parte do trabalho não assalariado na acumulação de capital. Nenhum dos três está relacionado diretamente ao conceito de classe. Ou seja, os conceitos de “classe” e de “povo” são definidos de modo ortogonal, o que, como veremos, é uma das contradições desse sistema histórico.

A divisão axial do trabalho na economia-mundo gerou uma divisão espacial do trabalho. Falamos de uma oposição centro-periferia como constitutiva dessa divisão do trabalho. Centro e periferia, estritamente falando, são conceitos relacionais que têm a ver com estruturas de produção com custos diferenciais. A localização desses diferentes processos de produção em zonas espacialmente distantes não é uma característica inevitável e constante da relação. Mas tende a ser usual. Existem várias razões para que isso aconteça. Na medida em que os processos periféricos estão associados à

produção primária – o que, de fato, tem ocorrido historicamente, embora muito menos hoje que antes –, existem limitações na realocação geográfica desses processos, associadas às condições ambientais de cultivo ou aos depósitos geológicos. Em segundo lugar, na medida em que há elementos políticos que mantêm uma série de relações entre o centro e a periferia, o fato de produtos de uma cadeia mercantil cruzarem fronteiras políticas facilita os processos políticos necessários, uma vez que o controle do trânsito de fronteira está entre os maiores poderes reais que os Estados exercem de maneira efetiva. Em terceiro, a concentração de processos centrais em Estados diferentes daqueles onde se concentram processos periféricos tende a criar estruturas políticas internas distintas em cada um deles, diferença que, por sua vez, torna-se um importante pilar de sustentação do sistema interestatal desigual que controla e mantém a divisão axial do trabalho.

Portanto, para simplificar a questão, ao longo do tempo tendemos a chegar a uma situação em que algumas zonas do mundo são, em grande medida, as localidades de processos de produção centrais e outras são, em grande parte, as localidades de processos de produção periféricos. Na realidade, embora haja flutuações cíclicas relativas ao grau da polarização, existe uma tendência secular a uma ampliação dessa disparidade. Essa diferenciação espacial do mundo inteiro adquiriu a forma política de expansão de uma economia-mundo capitalista originalmente centrada na Europa para outra que, finalmente, abrange todo o globo. Isso se tornou conhecido como fenômeno de “expansão da Europa”.

Na evolução das espécies humanas no planeta Terra, num período que precede o desenvolvimento da agricultura extensiva, ocorreu uma distribuição de variantes genéticas de tal modo que, no início do desenvolvimento da economia-mundo capitalista, diferentes tipos genéticos em qualquer lugar povoado eram consideravelmente mais homogêneos do que são hoje.

Quando a economia-mundo capitalista se expandiu a partir de sua localização inicial fundamentalmente na Europa, quando concentrações de processos de produção centrais e periféricos tornaram-se cada vez mais muito diferentes geograficamente, categorias “raciais” começaram a se cristalizar em torno de determinados rótulos. Pode ser óbvio que haja uma grande série de traços genéticos que variam – e variam consideravelmente entre diferentes pessoas. No entanto, de modo algum é óbvio que estas tenham de ser codificadas como pertencentes a três, cinco ou quinze agrupamentos reificados que chamamos de “raças”. O número de categorias, na verdade a própria existência de qualquer categorização, é uma decisão social. O que observamos é que, enquanto a polarização aumentou, o número de categorias tornou-se cada vez menor. Quando W.E.B. Du Bois disse, em 1900, que “o problema do século XX é o problema da barreira das cores”, as cores a que ele se referia, na realidade, se reduziam ao branco e ao não branco.

Raça – e, portanto, racismo – é a expressão, a produtora e a consequência de concentrações geográficas associadas à divisão axial do trabalho. Isso ficou extremamente evidente com a decisão tomada pelo Estado sul-africano, nos últimos vinte anos, de designar os visitantes executivos japoneses não como asiáticos (como são considerados os chineses locais), mas como “brancos honorários”. Em um país cujas leis, por suposto, se baseiam na manutenção de categorias genéticas, tudo indica que a genética segue os resultados eleitorais da economia-mundo. Essas decisões absurdas não se limitam à África do Sul. O país simplesmente se envolveu com a ideia de propor mudanças absurdas na lei.

No entanto, a raça não é a única categoria de identidade social que usamos. Aparentemente, ela não é suficiente; usamos também nação. Como dissemos, nação deriva da estruturação *política* do sistema-mundo. Os Estados que, atualmente, integram as Nações Unidas são todos criação do moderno sistema-mundo. A maior parte deles nem sequer existia enquanto

nomes ou unidades administrativas há mais de um ou dois séculos. O número dos muito poucos capazes de revelar que tinham um nome ou uma entidade administrativa contínua mais ou menos na mesma localização geográfica, antes do ano 1450, é menor do que imaginamos: França, Rússia, Portugal, Dinamarca, Suécia, Suíça, Marrocos, Japão, China, Irã e Etiópia talvez sejam os casos menos ambíguos – mas é possível até argumentar que mesmo esses passaram a existir como Estados soberanos modernos somente com o surgimento do atual sistema-mundo. Há alguns outros Estados modernos em que se verifica uma história mais descontínua do uso de um nome para descrever uma área específica – Grécia, Índia e Egito, por exemplo. Falemos até de maneira mais arriscada de nomes como Turquia, Alemanha, Itália e Síria. O fato é que, se observarmos a partir da ampla perspectiva de 1450, percebemos que, em muitas entidades que então existiam – por exemplo, Países Baixos da Borgonha, o Sacro Império Romano-Germânico, o Império Mogol –, não há hoje um Estado, e sim, em cada caso, pelo menos três Estados soberanos que podem revelar algum tipo de descendência política, cultural e espacial dessas entidades.

O fato de serem agora três Estados significa que sejam três nações? Há hoje uma nação belga, uma holandesa e uma luxemburguesa? Muitos observadores parecem pensar que sim. Caso seja isso, não será por ter havido *primeiro* um Estado holandês, um belga e um luxemburguês? Acredito que uma análise sistemática da história do mundo moderno mostrará que, em quase todos os casos, o *status* de Estado precedeu o de nação, não o contrário, apesar do mito extensamente disseminado.

Na verdade, a partir do momento em que o sistema interestatal estava em funcionamento, surgiram movimentos nacionalistas em muitas áreas específicas demandando a criação de novos Estados soberanos e, algumas vezes, esses movimentos alcançaram seus objetivos. Mas cabem duas advertências. Esses movimentos, com raras exceções, surgiram dentro de

fronteiras administrativas já construídas. Por isso é possível dizer que, apesar de não ser independente, o Estado precedia o movimento. Em segundo lugar, é discutível até que ponto uma “nação”, como um sentimento coletivo, se consolida antes da criação do Estado. Consideremos, por exemplo, o caso do povo saarauí. Existe uma nação saarauí? Se perguntar aos que participam do movimento de libertação nacional Frente Polisário, eles dirão que sim e acrescentarão que ela existe há um milênio. Para os marroquinos, porém, nunca existiu nação saarauí, e as pessoas que viveram onde, no passado, havia sido colônia do Saara espanhol sempre fizeram parte da nação marroquina. Como podemos resolver, intelectualmente, essa diferença? A resposta é que não podemos. Se no ano 2000, ou talvez em 2020, o movimento Polisário vencer a guerra atual, terá existido uma nação saarauí. Se o Marrocos vencer, não terá existido uma nação saarauí. Qualquer historiador que escrever em 2100 vai considerá-la questão resolvida ou, o que é mais provável, inexistente.

Por que a constituição de qualquer Estado soberano particular no sistema interestatal cria uma “nação” correspondente, um “povo”? Na realidade, não é difícil compreender. A evidência está a nossa volta. Nesse sistema, os Estados têm problemas de coesão. A partir do momento em que são reconhecidos como soberanos, com frequência se veem logo em seguida ameaçados tanto por uma desintegração interna quanto por uma agressão externa. À medida que se desenvolve um sentimento “nacional”, essas ameaças diminuem. Os governos no poder, assim como todos os tipos de subgrupos que fazem parte do Estado em questão, têm interesse em promover esse sentimento. Qualquer grupo que considere vantagem usar os poderes legais estatais para fazer valerem seus interesses contra grupos externos ao Estado, ou de qualquer de suas sub-regiões, tem interesse em promover um sentimento nacionalista como forma de legitimar suas reivindicações. Além disso, os Estados têm interesse na uniformidade administrativa que aumenta a eficácia de suas políticas. O nacionalismo é a

expressão, o produtor e a consequência das uniformidades no âmbito do Estado.

Existe outra razão, até mais importante, para a ascensão do nacionalismo. O sistema interestatal não se resume a uma junção dos chamados Estados soberanos. Ele é um sistema hierárquico com uma hierarquia de acordo com o *status* dos membros de cada grupo social, ou seja, estável, mas mutável. Isso significa que mudanças lentas na ordem hierárquica não só são possíveis, mas historicamente usuais. As desigualdades significativas e estáveis, mas não imutáveis, são precisamente o tipo de processo que provoca ideologias capazes de justificar uma posição alta, mas também de desafiar posições inferiores. Chamamos essas ideologias de nacionalismos. Para um Estado, não ser uma nação significa estar fora do jogo de resistir ou de promover a alteração de sua posição na hierarquia. Nesse caso, então, esse Estado não seria parte do sistema interestatal. Entidades políticas que existiram fora e/ou antes do desenvolvimento do sistema interestatal enquanto superestrutura política de uma economia-mundo capitalista não precisavam ser “nações” – e não eram. Uma vez que usamos, de maneira equivocada, a mesma palavra – “Estado” – para descrever tanto essas outras entidades políticas quanto as que foram criadas no sistema interestatal, muitas vezes não percebemos a óbvia ligação inevitável entre o *status* de Estado desses últimos e seu *status* de nação.

Se perguntarmos, então, para o que serve ter duas categorias – raças e nações – em vez de uma, observamos que, enquanto a categorização racial surgiu como modo de expressar e sustentar a antinomia centro-periferia, a categorização nacional teve origem como modo de expressar a concorrência entre Estados na permutação, lenta, mas constante, de sua posição na ordem hierárquica – e, portanto, do grau detalhado de superioridade no sistema, melhor que a classificação racial mais rudimentar. Em termos bastante esquemáticos, poderíamos dizer que raça e racismo unificam sazonalmente as áreas centrais e as periféricas em suas batalhas umas com

as outras, enquanto nação e nacionalismo dividem as áreas centrais e as periféricas em uma concorrência sazonal mais complexa, intrazonal e interzonal, pela posição ocupada na intrincada ordem hierárquica. As duas categorias são uma forma de demandar o direito de ter superioridade na economia-mundo capitalista.

Como se não bastasse tudo isso, criamos a categoria do grupo étnico, outrora minoria. Para haver minorias, era preciso haver uma maioria. Durante muito tempo, os analistas disseram que o conceito de minoria não necessariamente se baseia na aritmética, mas se refere ao grau de poder social. Maiorias numéricas podem ser minorias sociais. O lugar a partir do qual avaliamos esse poder social não é, com certeza, o sistema-mundo como um todo, mas o de cada Estado separadamente. Portanto, o conceito de “grupo étnico”, na prática, está ligado às fronteiras dos Estados, como ocorre com o conceito de “nação”, apesar de este nunca ser incluído na definição. A única diferença é que o Estado tende a ter *uma* nação e *muitos* grupos étnicos.

O sistema capitalista baseia-se não só na antinomia capital-trabalho, que é permanente e fundamental para ele, mas também em uma hierarquia complexa no segmento dos trabalhadores, na qual, embora todo trabalhador seja explorado porque cria mais-valor a ser transferido para outros, alguns trabalhadores “perdem” uma proporção maior do mais-valor por eles criado que outros. A instituição-chave que permite isso é a estrutura doméstica dos trabalhadores assalariados durante parte de sua vida. Essas estruturas domésticas são constituídas de modo que esses trabalhadores assalariados possam receber menos salário por hora do que, de acordo com um cálculo proporcional, é o custo de reprodução do trabalhador. Essa instituição é universal, abrangendo a maioria da força de trabalho mundial. Não vou repetir aqui os argumentos dessa análise já efetuada em outros textos^[1]. Quero apenas discutir suas consequências no que diz respeito ao conceito de povo. Onde quer que encontremos

trabalhadores assalariados em diferentes tipos de estruturas domésticas, desde os mais bem remunerados estabelecidos em estruturas domésticas mais “semiproletarizadas” até os que recebem uma remuneração mais baixa e se situam em estruturas domésticas mais “proletarizadas”, tendemos a perceber que, ao mesmo tempo, esses vários tipos de estruturas domésticas estão dentro de “comunidades” denominadas “grupos étnicos”. Ou seja, a hierarquia ocupacional vem acompanhada da “eticização” da força de trabalho dentro dos limites de determinado Estado. Mesmo sem uma infraestrutura jurídica abrangente para garantir isso, como na África do Sul atual ou anteriormente nos Estados Unidos, a alta correlação entre etnicidade e ocupação é observável em toda parte, desde que as “ocupações” sejam agrupadas em categorias amplas em vez de restritas. Parece haver várias vantagens na etnicização das categorias ocupacionais. Podemos afirmar que diferentes tipos de relações de produção requerem diferentes tipos de comportamento padrão da força de trabalho. Uma vez que, de fato, tal comportamento não é geneticamente determinado, ele tem de ser ensinado. Os trabalhadores precisam ser socializados em uma série de atitudes razoavelmente específicas. Os pais pertencentes a um grupo étnico são pressionados a socializar seus filhos de acordo com a série de regras que, precisamente, compõe a “cultura” daquele grupo. É claro que o Estado e o sistema educacional podem fazer isso. Mas, em geral, procuram evitar desempenhar essa função particularista sozinhos ou de maneira muito explícita, uma vez que, para eles, agir assim violaria o conceito de igualdade “nacional”. Os poucos Estados dispostos a admitir essa violação sofrem constante pressão para desistirem de fazê-la. Mas os “grupos étnicos” *podem* não só socializar seus respectivos membros cada qual à sua maneira; é a própria definição de grupos étnicos que eles socializam de maneira particular. Assim, o que não é legítimo que o Estado faça entrar pela janela dos fundos como comportamento de grupo “voluntário” que defende uma “identidade” social.

Portanto, isso possibilita uma legitimação da realidade hierárquica do capitalismo que não fere uma de suas conhecidas premissas políticas, ou seja, a igualdade formal perante a lei. O quark que procurávamos pode estar aí. Etnicização, ou conceito de povo, resolve uma das contradições básicas do capitalismo histórico – seu ímpeto de igualdade teórica e, ao mesmo tempo, de desigualdade prática – e faz isso utilizando as habilidades mentais dos estratos de trabalhadores do mundo.

Nesse esforço, a própria inconstância das categorias de povo das quais falávamos torna-se crucial. Pois, ao mesmo tempo que o capitalismo enquanto sistema histórico requer desigualdade constante, ele também implica reestruturação constante de processos econômicos. Portanto, o que garante hoje uma série específica de relações sociais hierárquicas amanhã pode não funcionar. O comportamento da força de trabalho deve mudar sem enfraquecer a legitimidade do sistema. Por isso, o surgimento recorrente, a reestruturação e o desaparecimento de grupos étnicos são instrumentos de flexibilidade de valor inestimável para o funcionamento da máquina econômica.

O conceito de povo é um importante constructo institucional do capitalismo histórico. Trata-se de um pilar fundamental e, como tal, tornou-se cada vez mais importante, assim como o sistema desenvolveu maior solidez. Neste sentido, é como o conceito de Estado soberano, que da mesma forma é um pilar fundamental e também se tornou progressivamente importante. Estamos de maneira crescente ligados a essas *Gemeinschaften* [comunidades] básicas formadas em nossa *Gesellschaft* [sociedade] histórica mundial, a economia-mundo capitalista.

As classes são, sem dúvida, um constructo totalmente diferente de povos, como sabiam muito bem Marx e Weber. Classes são categorias “objetivas”, ou seja, categorias analíticas, expressões de contradições em um sistema histórico, não descrições de comunidades sociais. A questão é se, e sob quais circunstâncias, pode ser criada uma comunidade de classe. Trata-se da

famosa diferenciação entre *an sich* e *für sich* [em si e para si]. As classes *für sich* têm sido uma entidade muito difícil de definir.

Talvez, e neste ponto terminaremos, a razão esteja no fato de os “povos” construídos – as raças, as nações, os grupos étnicos – estarem extremamente correlacionados, mesmo que de maneira imperfeita, com a “classe objetiva”. Como consequência, no mundo moderno, uma enorme proporção da atividade política baseada em classes adquiriu a forma de atividade política com base em povos. A porcentagem vai se mostrar até mais alta do que costumamos pensar, se observarmos atentamente as chamadas organizações “autênticas” de trabalhadores que, com muita frequência, tiveram em suas bases “povos” implícitos e *de facto*, mesmo quando utilizavam uma terminologia exclusivamente de classe, sem falar de povo.

Durante mais de cem anos, a esquerda mundial lamentou seu dilema: todos os trabalhadores do mundo com frequência se organizaram sob a forma de “povo”. Mas esse não é um dilema passível de ser resolvido. Ele deriva das contradições do sistema. Não pode haver atividade de classe *für sich* que seja inteiramente separada da atividade política baseada no povo. Vemos isso nos chamados movimentos de libertação nacional, em todos os novos movimentos sociais, nos grupos antiburocráticos de países socialistas. Não faria mais sentido tentar compreender o conceito de povo pelo que ele é? De modo algum, uma realidade social estável, mas um produto histórico da economia-mundo capitalista, complexo e de natureza argilosa, por meio do qual as forças antagônicas lutam umas contra as outras. Neste sistema, jamais será possível abolir o conceito de povo nem relegá-lo a um papel secundário. Em contrapartida, não devemos nos deixar confundir pelas virtudes atribuídas a ele, ou seremos enganados pelas formas como ele legitima o sistema existente. Uma vez que o conceito de povo se torna cada vez mais central para esse sistema histórico, o que precisamos analisar mais atentamente são as possíveis direções, no ponto de bifurcação do sistema,

para as quais ele nos empurra rumo às várias saídas alternativas factíveis no processo incerto da transição de nosso sistema atual para um ou uns que o substituirão.

[1] Immanuel Wallerstein, *Historical Capitalism* (Londres, Verso, 1983) [ed. bras.: *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001] e *As estruturas domésticas e a formação da força de trabalho na economia-mundo capitalista*, capítulo 6 deste livro, p. 151.